

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.648.220 - CE (2020/0007778-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
AGRAVADO : JOSE TAYLOR BEZERRA OLIVEIRA
ADVOGADO : WILLYO BELARMINO DE SOUSA JUNIOR - CE031036

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, assim resumido:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO SERVIDOR DESVIO DE FUNÇÃO CARACTERIZAÇÃO DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS AGENTE DE VIGILÂNCIA DO DNOCS EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE ENGENHEIRO CIVIL COMPROVAÇÃO FIXAÇÃO COMO VENCIMENTO O CARGO INICIAL DA CARREIRA JUROS DE MORA OBSERVÂNCIA DO ENTENDIMENTO ASSENTADO NO RE 870947/SE REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDAS SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA RECONHECIDA

Alega violação dos arts. 41 e 117, XVII e XVIII, da Lei n. 8.112/90, aduzindo que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvada a nomeação para cargo em comissão declarada em lei de livre nomeação e exoneração, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Assim, o exercício de tarefas distintas daquelas para as quais o servidor foi nomeado via concurso público, além de violar o art. 37, II, da Constituição Federal, vai de encontro ao art. 117, XVII e XVIII da Lei 8.112/90, in verbis, que proíbem expressamente o desvio de função, pelo que, sob pena de negativa de vigência aos referidos dispositivos, não é de se admitir qualquer pagamento de diferenças remuneratórias, devendo sim o servidor se limitar a desempenhar as atribuições de seu cargo (fls. 914).

Nesse sentido, o servidor somente pode receber como remuneração o que por lei foi fixado para o cargo que ocupa, não tendo direito a receber quaisquer diferenças remuneratórias em relação a outro cargo.

Sem embargo do argumento acima, o acolhimento do pedido de

diferenças remuneratórias por suposto desvio de função, configura burla ao postulado constitucional que exige a aprovação prévia em concurso público para a investidura de cargo ou emprego público, isso porque, ao se reconhecer direito a diferenças remuneratórias pelo exercício de função diversa para o qual foi nomeado, o servidor estará sendo alçado indiretamente a outro cargo público sem a submissão prévia e obrigatória ao concurso público, e afronta direta ao inciso II do art.37 da Constituição da República. (fls. 916).

De outro modo, como ocorreu no presente caso, o desvio de função ocorreu no interesse da parte autora, ora recorrida. Assim sendo, se a parte recorrida não tinha obrigação de aceitar encargo diverso ou além daquele que já lhe era conferido em razão do cargo ocupado, ao aceitar, porque lhe era favorável, não pode posteriormente pleitear qualquer diferença remuneratória, sob pena de ofensa ao art.41 da Lei 8112/90, acima transcrito (fls. 917).

Ainda quanto a questão debatida nestes autos, o Supremo Tribunal Federal já pacificou o entendimento de que o servidor público só tem direito aos vencimentos do cargo para ao qual foi admitido. Mesmo ocorrendo o exercício de atribuições diferentes ao do cargo, a remuneração dos servidores deve ser a prevista para o cargo, sob pena de burla ao princípio da investidura mediante concurso público, (...) (fls. 917).

Vê-se, pois, que o desvio funcional de servidores públicos não autoriza o reenquadramento ou a ascensão a cargo diverso do ocupado, tampouco a isonomia ou equiparação de vencimentos, pois para tanto necessário seria a efetivação da parte autora no cargo, o que, como demonstrado à saciedade, malferiria a Carta Constitucional vigente.

Portanto, por estar adstrita ao princípio da legalidade, e inexistir previsão legal de pagamento de vencimentos diferenciados em caso de desvio de função, fica a Administração Pública impossibilitada de assim proceder.

Sem embargo do argumento acima, o acolhimento do pedido configura burla ao postulado constitucional que exige a aprovação prévia em concurso público para a investidura de cargo ou emprego público, isso porque, ao se atribuir o pagamento das diferenças remuneratórias pelo exercício de função diversa, o servidor estará sendo alçado indiretamente a outro cargo público sem a submissão prévia e obrigatória ao concurso público, e afronta direta ao art. 37, II, da Constituição da República (fls. 919).

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que o(s) artigo(s) apontado(s) como violado(s) não tem/têm comando normativo suficiente para amparar a tese recursal, o que atrai, por conseguinte, o citado enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "Não se conhece do recurso especial, quando o dispositivo

Superior Tribunal de Justiça

apontado como violado não contém comando normativo para sustentar a tese defendida ou infirmar os fundamentos do acórdão recorrido, em face do óbice contido na Súmula n. 284 do STF" (AgInt no REsp n. 1.788.417/SC, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 6/6/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no REsp n. 1.651.670/DF, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 18/6/2019; AgInt no REsp n 1.689.883/PR, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 14/6/2019; AgRg no REsp n. 1351593/RS, relatora Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe de 12/3/2014; e AgRg no AREsp n. 197.224/SP, relatora Ministra Marilza Maynard (Desembargadora Convocada do TJ/SE), Quinta Turma, DJe de 20/11/2012.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente